

Resolução nº 20/2007

de 2 de Julho

A Lei do Orçamento do Estado para o ano económico de 2007 (Lei nº 4/VII/2007, de 11 de Janeiro), estabelece no n.º 1 do seu artigo 10º que durante o ano de 2007 ficam congeladas as admissões de funcionários ou agentes da Administração Pública, quer se trate de serviços simples ou serviços e organismos autónomos, bem como a admissão de trabalhadores nos institutos públicos.

No entanto, o n.º 3 do artigo 10º do supra referido diploma, concede ao Conselho de Ministros a possibilidade de descongelar admissão na Administração Pública mediante proposta fundamentada do membro do Governo responsável pela área de Finanças e Administração Pública.

A reforma da Administração Pública tem sido um objectivo permanente da Governação, aliás, constitui um factor de capital importância na maximização dos benefícios económicos e sociais para o nosso País.

Mediante proposta da Ministra das Finanças e Administração Pública; e

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Fica descongelada, com efeitos reportados à data da publicação do Orçamento do Estado para o ano económico de 2007, a admissão de dezassete Verificadores Estagiários, Referência 8, Escalão A e quatro Auxiliares de Verificação, Referência 2, Escalão A, para o Quadro da Direcção-Geral das Alfândegas.

Artigo 2º

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

Resolução nº 21/2007

de 2 de Julho

Cabo Verde é parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Mar (CNUDM), concluída em Montego Bay em 10 de Dezembro de 1982, tendo a ratificado em Agosto de 1987.

A Convenção de Montego Bay introduziu importantes alterações aos critérios de delimitação e jurisdição sobre a plataforma continental.

A legislação vigente nesta matéria, a Lei nº 60/IV/92 de 21 de Dezembro de 1992, e os acordos bilaterais de delimitação de fronteiras marítimas assinados em 1992 com o Senegal (Resolução nº 29/IV/93 de 16 de Julho de 1993) e em 2003 com a Mauritânia (Resolução nº 99/VI/04 de 2 de Julho de 2004), constituem exemplo claro da assunção na ordem jurídica interna dos princípios e normas consagrados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

De acordo com o artigo 77.º da referida Convenção os Estados costeiros têm direitos soberanos para a prospecção e exploração económica dos recursos naturais da plataforma continental e o direito exclusivo de autorizar sondagens e perfurações, qualquer que seja o objectivo.

A Convenção de Montego Bay estabelece um limite de 200 milhas para a plataforma continental, salvaguardando, contudo, face ao estipulado no artigo 76º, a possibilidade de esta ser alargada para além das 200 milhas, caso as características geológicas e hidrográficas se enquadrarem em determinados parâmetros. Atendendo aos benefícios potenciais que poderão resultar para Cabo Verde em decorrência do alargamento, impõe-se levar a cabo um estudo visando apurar se Cabo Verde reúne, efectivamente, os requisitos previstos na Convenção.

A pretensão Cabo-verdiana de estender a plataforma continental para além dos limites actuais das 200 milhas náuticas, deverá ser apresentada à Comissão de Limites da Plataforma Continental, acompanhada das informações científicas e técnicas que a fundamentem. Os estudos a desenvolver serão realizados em articulação com as políticas prosseguidas pelo Governo em matéria de ambiente, de pescas e de ciência, inovação e ensino superior.

Neste contexto é criada uma Comissão Interministerial com o objectivo de estudar a possibilidade de alargamento da plataforma continental de Cabo Verde.

Assim:

Ao abrigo do nº 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Criação e objectivos

É criada uma Comissão denominada «Comissão para a Extensão da Plataforma Continental» adiante designada por Comissão, a qual funciona na dependência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, com o objectivo de investigar e apresentar uma proposta de delimitação da plataforma continental de Cabo Verde.

Artigo 2º

Missão

1.A Comissão tem por missão preparar o dossier para uma eventual extensão da plataforma continental de Cabo Verde, para além das 200 milhas náuticas até as 350, para apresentação à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas.

2. Para a prossecução dos seus objectivos, compete à comissão:

- a) Fazer uma pesquisa bibliográfica (livros técnicos e relatórios) e um levantamento técnico e científico que possa levar o país à decisão da extensão da sua plataforma;
- b) Conhecer as características geológicas e hidrográficas do fundo submarino ao largo de modo a poder vir a fundamentar a pretensão de Cabo Verde em alargar os limites da sua plataforma continental para além das 200 milhas náuticas, em conformidade com o estipulado no artigo 76.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada em Montego Bay em 10 de Dezembro de 1982, e no Acordo Relativo à Aplicação da parte XI desta Convenção (ARAP-XI);
- c) Definir os limites da plataforma continental de Cabo Verde, para submeter à aprovação da CLPC, em conformidade com o previsto na CNUDM;
- d) Adquirir, aplicar e desenvolver novas tecnologias para conhecimento do fundo dos oceanos;
- e) Promover o desenvolvimento de projectos de investigação e desenvolvimento orientados para a exploração dos dados e informação obtidos no desenvolvimento do projecto de extensão da plataforma continental e aproveitar todas as sinergias nacionais, nomeadamente Universidades e ONG'S;
- f) Reforçar o corpo científico nacional e promover formações especializadas nas áreas de Geologia, a geodesia, oceanografia, sistemas de informação geográfica (SIG) e Direito do mar;
- g) Promover a publicação de um atlas de dados e informação do projecto de extensão da plataforma continental de Cabo Verde.

Artigo 3º

Composição

1. A Comissão é constituída por:

- a) Um representante do Primeiro-Ministro;
- b) Dois representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades;
- c) Dois representantes do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar;
- d) Um representante do Ministério da Defesa Nacional;
- e) Um representante do Ministério do Ambiente e Agricultura;

f) Um representante do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território;

g) Um representante do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade;

h) Um representante do Ministério da Cultura.

2. A Comissão é presidida por um dos representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

Artigo 4º

Prazo

A Comissão deve apresentar aos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Mar, para aprovação, no prazo de seis meses, a contar da aprovação da presente resolução, um projecto de investigação interministerial com o objectivo de estabelecer a plataforma continental para além das 200 milhas náuticas, nos termos do artigo 76.º da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do Mar e do Acordo Relativo à Aplicação da parte XI da referida Convenção.

Artigo 5º

Regimento interno

A Comissão adopta o seu próprio regimento interno, sujeito à homologação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e do Ministro de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Mar.

Artigo 6º

Financiamento

1. A Comissão fica incumbida de propor um quadro orçamental, incluindo as despesas de funcionamento e a aquisição de equipamentos, bem como de mobilizar recursos técnicos e financeiros a nível nacional e internacional.

2. O funcionamento da Comissão é suportado por verba inscrita no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

Artigo 7º

Apoio Logístico

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades assegura à Comissão o apoio logístico necessário ao seu funcionamento.

Artigo 8º

Entrada em vigor

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.